



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 20 DE SETEMBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a quinta audiência pública do PL 415/12, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020.

Informo que esta audiência pública foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no jornal *O Estado de S.Paulo* do dia 18 de setembro e no jornal *O Diário de S.Paulo* do dia 19 de setembro.

Informo também que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* auditórios On-Line.

O tema de hoje é Educação para os Direitos Humanos. Convido o nosso palestrante, Professor José Sérgio Fonseca de Carvalho, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, para compor a Mesa.

Tem a palavra o Professor.

O SR. JOSÉ SÉRGIO FONSECA DE CARVALHO – Bom dia a todos. Inicialmente eu gostaria de agradecer o convite da Câmara Municipal de São Paulo para estar hoje presente, especialmente ao Eduardo Amaral. Evidentemente é uma honra poder estar neste espaço e participar deste evento juntamente com militantes, professores e alguns colegas, companheiros de longa data na luta em prol da educação pública.

Meus comentários vão se ater principalmente à meta 3, que versa sobre a qualidade da educação e na qual está inserida a ideia sobre a educação e direitos humanos. Foi uma opção polêmica daqueles que fizeram esse substitutivo, mas, a meu ver, acertada. Acertada porque rompe com a vinculação direta e imediata que fazemos entre a qualidade da educação e o rendimento individual da aprendizagem. De forma que podemos pensar uma qualidade da educação, ou pelo menos estimá-la, pelo seu impacto na vida comum pública e não na vida individual.

Vou dar um exemplo muito simples do que quero dizer. Toda vez que aceitamos

que a qualidade da educação está vinculada à ideia do rendimento da aprendizagem do indivíduo, temos a ideia de que uma boa educação é aquela que propicia àquele indivíduo o êxito na vida econômica e privada. Daí porque dizemos que as melhores escolas são aquelas que colocam seus alunos na Politécnica, na Medicina, no Direito e na Arquitetura, enfim, em instituições que garantam para essa pessoa ou a permanência ou a ascensão às camadas superiores de consumo da nossa sociedade. Isso significa que temos medido a qualidade da educação ou a sua ausência pelo seu impacto na vida privada e econômica do indivíduo. Enquanto uma educação pública tem que ter como principal meta a promoção de uma forma de vida comum justa. Daí por que me parece que, embora polêmica, é absolutamente acertada a decisão daqueles que fizeram esse substitutivo, que pensa a educação e os direitos humanos como um aspecto da qualidade da educação.

Depois eu queria também discorrer brevemente sobre cada uma das metas. Fiz essa opção porque, embora um pouco chata, é mais produtiva. Ao discorrer sobre as metas, vou pensar a educação e os direitos humanos num duplo e complementar viés, ou seja, pensar a educação como um direito social fundamental, como transformamos o direito da matrícula no direito ao acesso de objetos da cultura escolar e na educação como um processo formativo comprometido com os ideais éticos e políticos dos direitos humanos.

Essa ideia de pensar qual é o tipo de compromisso que a educação tem com os direitos humanos nos coloca desde já um problema muito sério: a polissemia da expressão “direitos humanos”, da polissemia do seu uso. Para exemplificar, citarei três.

Recorremos ao discurso dos direitos humanos, por exemplo, para ações como a imposição de um modelo de sociedade política num outro país. Pensem vocês nos Estados Unidos justificando as invasões que fizeram a partir da retórica dos direitos humanos. Por outro lado, vai abranger uma segunda bandeira que é muito forte aqui no movimento da educação: a ideia de que os direitos humanos seriam um imenso guarda-chuva de lutas de grupos que são constantemente submetidos à violação de seus direitos humanos. A luta pelos direitos

humanos seria a simples adição de pequenas lutas de grupos que têm sido objeto de violação dos direitos humanos.

É evidente que toda luta dos direitos humanos tem sempre uma concretude, mas eu gostaria de partir da perspectiva da qual eu falarei: a ideia dos direitos humanos como estabelecimento da igual dignidade de todos e de cada um como um princípio da vida comum. É a partir dessa perspectiva que organizei meus comentários.

Pensar os direitos humanos como uma luta por uma escola com um espaço de igualdade. A nossa grande questão é como erigir uma escola na qual a diversidade de identidades e a pluralidade de sujeitos singulares possam ser não só admitidos como respeitados e acolhidos tal como são. Uma escola, portanto, em que crianças e jovens possam ter uma experiência da igualdade. Um pequeno parêntese: estou, portanto, falando não da escola como promotora de uma igualdade fora dela, uma conversa que me parece comum, mas absolutamente equivocada, mas a escola como um local possível de afirmação pelos seus atos pela igualdade. Por exemplo, como há pouco eu falava, temos feito milhões de discursos nos quais à escola competiria criar condições para que o Brasil amanhã fosse uma sociedade justa do ponto de vista da distribuição econômica.

Aqui, um grande problema. O primeiro deles é que compramos para o âmbito escolar o discurso dos economistas, e a questão da distribuição de renda do Brasil, da equidade econômica do Brasil é fundamentalmente política e econômica, mais do que educacional. O que significa que a nossa luta por igualdade e por distribuição de renda é uma luta a ser feita no espaço público. Temos que cobrar dos economistas políticas públicas e distribuição de renda e deixar a escola distribuir aquilo que lhe compete, que é o acesso aos objetos da cultura. A escola não está a serviço de uma reforma econômica que é impossível, mas a serviço de uma reforma educacional que é possível. Então, a nossa grande questão de direitos humanos e qualidade da educação é construir a escola como um espaço de experiência, de igualdade. Como fazemos com que a própria vida escolar seja fundada na

igualdade?

Não sei se vocês estão percebendo, mas estou querendo propor a inversão da lógica. Todo o nosso discurso compensatório que aparece, infelizmente, no Plano é a ideia de que a escola compensará as desigualdades não criadas por ela, mas pela sociedade. Ora, a grande questão é como a escola, ao invés de colocar a igualdade como uma meta para depois de amanhã – porque é isso que os nossos discursos economicistas têm feito ao dizer que a escola atingirá a igualdade econômica –, é como a escola pode ser um espaço pelos seus atos de afirmação da igual dignidade de todos os seres humanos.

Dito isso, passo a comentar as metas do item 3. Vou começar pela meta nº 1, que é reduzir o número de estudantes por professor, conforme estabelece a meta 2 do Plano. A meu ver, o ponto mais importante do Plano Municipal de Educação por várias razões. Em primeiro lugar, porque ele atinge fundamentalmente a ideia de que as escolas devem ser um lugar em que se materializa o direito de cada jovem e cada criança a ter acesso a bens culturais que até então foram privilégios de um segmento, como a leitura e a escrita. Vale lembrar que, na maior parte das civilizações que conhecemos, a leitura e a escrita não são bem públicos, é algo restrito a certo estamento da sociedade, em geral ao clero e à burocracia estatal. Foi a escola que fez com que a leitura e a escrita passassem um bem comum. Que a escola seja esse elemento de distribuição social de objetos da cultura, como a leitura e a escrita, como a poesia. Quantos de vocês teriam lido poesia na vida se não fosse a escola? A escola, portanto, tem essa capacidade, essa potencialidade de tornar algo comum e público que era, até então, privilégio de um segmento de estamento social. Na geração dos meus pais e avós não devia haver 5% da população que tinha lido um poema na vida. A escola faz com que 100% da população tenha acesso a isso. Para que ela cumpra essa função, é preciso, sobretudo no ensino fundamental I, que haja um limite muito claro e definido de alunos em sala de aula. Então, me parece que essa é a grande contribuição.

Por outro lado, até no que diz respeito à questão de uma educação para os direitos

humanos, a redução de alunos por sala significa um grande passo, porque somente quando o professor conhece cada um dos seus alunos na sua singularidade que os marcadores de origem social, como a origem étnica, a classe social, o local de residência, etc, tornam-se menos relevantes do que a própria singular personalidade de cada um. Quando eu consigo olhar o João como João, ele é muito mais do que simplesmente um negro, um favelado ou um isso ou um aquilo, qualquer tipo de estigmatização que liguemos a esses marcadores do passado. Por isso a escola transforma, no presente, a igualdade; ela transforma quem quer que seja em um estudante. Volto a dizer a vocês que o estudante é o participio presente do verbo estudar, ou seja, quando eu entro na escola, eu tenho que ser um estudante. É isso que promove a igualdade do estudante, é esquecer, num certo sentido, qualquer marcador e falar: “Aqui você tem que ser um igual, porque você estuda como todos os outros”.

Parece-me, então, que essa é uma meta fundamental ao qual deveria ser dada a correta ênfase, embora, talvez, pudesse ser negociada. No ensino médio, por exemplo, a questão de ter 20 alunos não é tão importante quanto no fundamental I. Acho que temos que reconhecer isso e temos que fazer esforços na negociação para que essa meta não seja esquecida.

Nas metas 2 e 3, o Plano fala sobre avaliação e autoavaliação. Eu gostaria, primeiramente, de chamar a atenção para o fato de que o Plano não é implementação de ação, porque insiste muito na ideia de autonomia da escola, que é outro grande ponto importante. Ora, se dou autonomia à escola, não implemento ações, mas simplesmente estabeleço diretrizes e as escolas implementam suas ações. A grande questão aqui é como a escola, a partir de sua autonomia e de sua cultura, desenvolve modalidades de avaliação que sejam coerentes com a noção de qualidade e educação aqui esboçada. Esse para mim parece o plano e assim, no meu entender, deveria estar a redação: como a escola pode pensar em formas de avaliação que deem ênfase na qualidade que ela pressupõe que deva dirigir a escola.

O segundo ponto sobre autoavaliação, num ponto que, para ser sincero, apresenta uma redação confusa. Parece-me que a questão central é justamente a ênfase no resultado socialmente significativo que aparece ali e não somente no rendimento individual. Aqui, como no Plano geral, me parece que o recomendável é que enxuguemos e deixemos isso claro. Aliás, recomendaria fortemente que o Plano Municipal de Educação tivesse uma redação absolutamente enxuta e que enxergasse quais são as prioridades para os 10 anos. O Plano Municipal de Educação não é um documento simplesmente a ser lido por assessores técnicos da Secretaria, mas por pai e por aluno, e para ser lido por pai e por aluno não pode ter esse tamanho. Então, temos que fazer esse exercício do que é absolutamente fundamental.

Vamos à estratégica 3.4, na qual aparece a ideia da autonomia das unidades para o seu projeto político-pedagógico. Para mim é crucial essa ideia de que cabe à escola propor respostas para os problemas concretos que ela tem no seu cotidiano, que os professores são, portanto, intelectuais capazes de responder aos desafios. Isso contraria absolutamente as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais vigentes, que apostam na centralização técnica para as decisões.

Ela é absolutamente importante no plano da educação para os direitos humanos porque ela concebe o professor como alguém digno, inteligente e capaz de dar as respostas. No entanto, essa meta é incompatível com a redação que se segue. Num determinado momento, o Plano fala em romper com a ideia do saber segmentado, etc. A meu ver, num Plano Municipal de Educação, não cabe o estabelecimento de perspectivas pedagógicas. Vocês podem achar correta ou incorreta a ideia da interdisciplinaridade – e eu mesmo acho que isso é uma abstração em relação às práticas escolares, à formação dos professores que são formados na área –, agora, não cabe a alguém que aposta na autonomia do projeto pedagógico dizer qual a posição pedagógica do Plano Municipal de Educação. Romper com a segmentação? Desculpe-me, é possível que isso seja desejado, sim, mas isso é uma questão para a unidade escolar defender. Ou então retiro a ideia da autonomia, porque dar autonomia e

dizer que como pensar pedagogicamente é não dar autonomia. Assim como dar autonomia e dizer quais são os mecanismos pelos quais se avalia a escola não é dar autonomia. Aqui estamos dando autonomia dos meios simplesmente, ou seja, achem os meios mais eficazes para fazer aquilo que eu quero que aconteça na escola, pedagogicamente ou não.

Continuando, o item 3.5 me parece ter uma ótima formulação: reforçar o projeto pedagógico da unidade escolar com a própria expressão de sua organização educativa. Acho que ele basta, não precisaríamos do resto.

Na estratégia 3.6 se propõe a criação de um conjunto de indicadores para avaliação. Vou fazer o seguinte comentário: a partir do momento em que adotamos um conjunto padronizado elaborado por uma Secretaria, seja ele ótimo ou bom, quando se coloca indicadores centralizados, se retira a autonomia da escola. Ponto final. A questão é: por que certo grupo de técnicos apontará quais são esses indicadores? Claro, é importante, sim, ter indicadores, mas em outro aspecto. É importante ter um indicador, por exemplo, no que diz respeito à infraestrutura escolar. Isso cabe. Toda escola tem que ter “a”, “b”, “c” e “d”. Agora, o resto não, pois me parece um problema da escola.

O item 3.7 fala em se criar mecanismos para o acompanhamento individual dos estudantes da educação básica. Sou frontalmente contrário a esse item, pois me parece que ele ressuscita a velha ideia de que a escola é um lugar de ensino tutorial, de aprendizagem um a um. E não é. A escola é escola porque o professor se dirige a um público, a um conjunto de alunos, e a escola ideal não é um professor por aluno, não é a da relação individualizada, mas a da relação por classe. É evidente que cabe em algumas situações, como, por exemplo, a educação especial, etc, aqui ou acolá, um atendimento individualizado por necessidades absolutamente especiais. Fora isso, o que cabe à escola é ser eficaz como um ensino em grupo, pois a escola é uma entidade social, não é a somatória de indivíduos. Parece que isso é um absoluto equívoco que teria que ser repensado aqui.

Seguindo. O item 3.9 fala em promover um intercâmbio de experiências

pedagógicas realizadas nas unidades escolares da rede municipal ou estadual. Parece-me de absoluta e extrema importância e inteligência esta proposta: sistematizar a troca de experiências pedagógicas, porque é única forma pela qual viabilizamos, de novo, a autonomia. Ao fazer com que as escolas possam ter espaços de intercâmbio das suas experiências, retira-se da contingência, das transformações governamentais, valorizando-se a cultura da escola e do professor, olhando para o professor como um intelectual capaz de criar formas de ensino. Parece-me, então, que essa é uma meta a ser otimizada.

Assim como a meta 3.10, que fala das ideias das metas regionais. Conseguir autonomia da escola tem tudo a ver com a ideia de que, por exemplo, a Diretoria Regional de Ensino possa ter as suas metas. No final da redação aparece de novo a ideia de que essas metas regionais seriam algo para dirimir as desigualdades. Volta a ideia da educação compensatória. Não, não. A grande questão aqui é que as metas regionais são capazes de dar autonomia para que as pessoas da cultura local estabeleçam suas metas específicas.

Na estratégia 14, me parece interessante a ideia de *softwares* livres, etc, e o item 15 fala em incentivar práticas inovadoras. Volto a dizer que as práticas escolares não devem ser normatizadas por nenhum plano. Em segundo lugar, não há nenhuma garantia que uma prática inovadora seja boa. A novidade não corresponde à bondade. É uma firme e ingênua crença no progresso a ideia de que a última palavra, aquilo que é novo é bom. Gostaria de lembrá-los que na década de 30 o nazismo e o fascismo eram novidades. A novidade por si não justifica a sua presença. Então, arranquem essas ideias de novidade como sendo necessariamente desejável.

A meta de um computador por aluno deve agradar extremamente a Samsung, a Itaútec, etc. Do ponto de vista pedagógico, todos sabemos que um computador com dois alunos é muito melhor porque eles ensinam uns aos outros. Não estamos aqui para promover a indústria da Informática, mas simplesmente formas de usá-la dentro da sala de aula.

Quero falar um pouco sobre a meta 3.18, sobre o direito do acesso à cidade, aos

bens como CEUs, clubes *etc.* Acho que esse item mereceria um detalhamento. A Prefeitura de São Paulo tem um monte de equipamentos culturais importantíssimos, como os CEUs e clubes, e é preciso que estabeleçamos na meta formas pelas quais as redes públicas municipais possam usufruir disso. Claro que isso não tem que estar assim detalhado, mas vou pegar algo muito simples: bastaria que a Secretaria de Educação colocasse em cada DRE um ou dois ônibus para que essas circulassem pela Cidade, para que o direito à Cidade se efetivasse. Não é uma medida custosa, é uma medida simples e cuja importância todos os que estão na escola conhecem. Porque, aí sim, teremos alunos visitando os CEUs. Temos escolas que muitas vezes estão a 700 metros do CEU, mas cujos alunos não conseguem ter acesso, e o CEU tem teatro e muitas outras atividades importantes. É preciso pensar como viabilizar a ocupação da Cidade pelos alunos.

Vou para o final da minha fala. Depois, no debate, talvez entremos em cada um dos pontos. Parece-me importante que a ideia fundamental seria enxugar esse Plano Municipal de forma a que ele estabeleça princípios, mas não dirija a ação; que ele diga quais são os valores por meio dos quais as instituições escolares devem se guiar, mas que se fure de afirmar qual sua posição pedagógica. Portanto, um Plano Municipal de Educação deve colocar os limites dentro dos quais a escola deve funcionar, mas não a gerencia.

Quando penso na questão na educação em direitos humanos, parece-me que nosso grande desafio aqui não é crer que estabeleceremos na escola uma cultura de respeito e promoção dos direitos humanos simplesmente tentando garantir na legislação. A escola, como educação, não tem garantias. Temos que ter essa clareza. Não há como se garantir coisas. No entanto, onde está o grande elemento de fomento a uma educação comprometida com os direitos humanos? Está menos na letra da lei do que no esforço de formação continuada desses professores. Somente um professor que valorize os princípios dos direitos humanos poderá formar alunos que tenham nesses princípios uma forma de conduta. Então, é, sim, a formação dos professores.

Por último, eu gostaria de alertar que me parece absolutamente descabido que um plano governamental venha a dizer aos professores, por exemplo, o que eles devem estudar. Todo e qualquer professor estudando será o melhor professor, não importa o tema. Não tem cabimento imaginarmos que ele deva estudar isso ou aquilo, como também não tem cabimento – me desculpem – a gente crer que a escola tem que ter um roteiro de educação sexual. O que a escola tem que fazer é ser um ambiente no qual toda e qualquer forma de orientação sexual seja respeitada, acolhida e objeto de dignidade. Se eu tenho um programa de educação sexual, tanto faz, desde que seja fundamentado nos direitos humanos. Isso significa tentar governar a sexualidade dos meninos. Não! A nossa grande questão é: como formamos os professores para que a escola seja um ambiente que, em seus atos, afirma o igual direito de todas as pessoas, seja qual for sua a orientação sexual, acolhendo a todos. Não importa a origem ética dessa pessoa, importa que ela esteja bem acolhida na escola. Então, me parece que a grande ênfase do programa deveria ser nesse sentido, no da formação em serviço dos professores. Aqui, sim, o Plano Municipal de Educação deve intervir, e não no tema da pós graduação que o professor vai fazer. Isso não faz o menor sentido; senão, caímos de novo em uma visão absolutamente instrumental: só vale a pena estudar se for para estudar de acordo com este ou aquele princípio. Não! Vale a pena um professor de história estudar qualquer tipo de história; pode ser a história dos pescadores de Ubatuba, mas ele será o melhor professor. Assim, a questão dessas diretrizes é uma questão da formação em serviço.

Bem, meu tempo está esgotado. Sinto muito, não consegui passar por todos os itens, mas acho que a ideia geral foi transmitida. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, professor José Sérgio. As inscrições estão encerradas. O primeiro inscrito é o Sr. José Roberto, do Movimento Comunidade de Olho na Escola Pública, que falará por 4 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ALVES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas. Nosso movimento iniciou em 1997 por conta do embate entre a questão governamental e a atribuição

da escola em garantir matrícula, ensino de boa qualidade, participação da sociedade civil. Conseguimos matrícula unificada e informatizada, Estado e Prefeitura. Todo o Plano de que estamos tendo conhecimento, principalmente essa versão, fala muito em educação básica por causa da mudança e do envolvimento de todos os níveis de ensino. No entanto, a Constituição determina que a prioridade no município é a educação infantil e fundamental.

Falando em direitos humanos, os órgãos de controle – ouvidores, diretores escolas e regionais, Conselho de Educação e Conselho de Escola – violam o direito dos pais, alunos e sociedade civil constantemente. O Plano Municipal de Educação de São Paulo vem sendo discutido há décadas e, em épocas eleitorais, desde 97, tem tido avanços “cosméticos” em relação à primeira proposta, de 1997. Os ditos sindicatos corporativos que englobam a categoria municipal não têm sequer registro no Ministério do Trabalho. Aprofem e Sinpeem usam uma chicana para continuar a existir. Esses dois sindicatos estão ferindo a Constituição, deveria haver apenas um.

O respeito aos pais e alunos e à sociedade civil é posto de lado na garantia da convivência harmoniosa dos direitos dos segmentos partícipes do espaço escolar: eleição de Conselho, constituição de grêmio estudantil e encontros de pais e mestres mensais.

Temos que retornar à questão do uso incondicional dos 30% na manutenção e no desenvolvimento do ensino, sem criar as firulas e chicanas que estão sendo criadas.

Para finalizar, quero que tenhamos um Plano Municipal de Educação votado em Plenário, para se acabar com essa discussão só corporativa sobre salário, participação de quinquênios *etc.* e sobre garantia de remuneração melhor para os professores. Não somos contra, mas a qualidade tem que ser prioritária. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. José Roberto. Próximo inscrito, Sr. Amarildo Luchetti, Dirigente Regional Leste.

O SR. AMARILDO LUCHETTI – Bom dia. Na verdade, eu gostaria de pedir uma reflexão do professor José acerca de como a gente pode, nas escolas, estar fazendo esse

trabalho em torno da questão dos direitos humanos uma vez que temos uma matriz curricular rígida, fechada, determinada. A LDB colocou, lá atrás, as questões a serem trabalhadas em áreas, e a gente ainda não conseguiu fazer essa transposição de uma matriz fechada para um currículo aberto e em movimento, pelo qual os direitos humanos passam a percorrer todas as áreas do conhecimento.

Outra questão. Temos essa proposta no Plano Municipal de Educação acerca de um trabalho com direitos humanos que venha ao encontro do fortalecimento da proposta pedagógica e do fortalecimento da escola enquanto espaço que vem firmar posições positivas em relação à igualdade dentro da escola, da experiência de igualdade. No entanto, se a gente pega os índices de avaliação externa, como vamos trabalhar isso? Peguemos o PISA, o Enem, a Prova Brasil, a ANA: trata-se de indicadores externos que vêm mensurar, avaliar simplesmente Língua Portuguesa e Matemática. Qual seria o caminho das políticas públicas no sentido de mudar essa referência avaliativa que não mensura o ser humano, mas apenas competências e habilidades técnicas? Minha intervenção é mais no sentido de pedir sua reflexão acerca desses dois pontos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Amarildo. Próximo inscrito, Sr. Emerson Souza, da Rede Indígena.

O SR. EMERSON SOUZA – Bom dia a todos e a todas. Primeiramente, agradeço a participação de vocês nessa discussão toda em que os direitos humanos estão representados. A questão indígena contempla alguns itens. Gostaria de fazer uma relação entre os direitos humanos e a questão dos direitos indígenas, que foram violados sistematicamente desde mais de 500 anos atrás. Quando dizemos que tem que se deixar aberta essa discussão, até gostaria de fazer essa reflexão. Percebemos que aqui as forças políticas não são iguais. Quando garantimos a participação de alguns grupos que se favorecem e não favorecem outros grupos, isso deve nos fazer pensar.

Se formos falar da formação dos professores a partir da Lei 11.645, relativamente à

temática indígena, sabemos que não temos uma formação adequada na rede municipal de ensino. Temos que garantir essa formação aos professores, através dessa lei; e garantir que principalmente tenha material didático nas escolas, porque não adianta haver debate se na verdade os professores sequer têm material que contemple a discussão da questão indígena na sala de aula.

Reitero a necessidade da discussão sobre os direitos humanos. Poderia a questão indígena ser contemplada em vários outros itens, não só nos direitos humanos. Mas, já que estamos na discussão sobre os direitos humanos, gostaria apenas de dizer que é de fundamental importância não só colocar a questão dos direitos indígenas, mas perguntar a eles o que eles acham sobre esse processo de construção dentro das escolas. Só em São Paulo existem mais ou menos 40 grupos étnicos espalhados em várias regiões e sequer as Diretorias de Ensino têm mapeado isso, o que é um absurdo. Sequer existem debates sobre essa questão.

Reitero algumas das ações ocorridas no mês que se passou – no Agosto Indígena – tiveram resultados interessantes. Como sabemos, dia 9 de agosto é o Dia Internacional dos Povos Indígenas. Então, seria interessante que ele fosse contemplado no currículo oficial da rede municipal, como mês indígena, para que discutir a questão indígena não apenas nesse mês específico, mas durante o ano; e não apenas no âmbito dos CEUs, mas de toda a rede, nas CEIs, nas EMEIs etc. Que a gente estenda esse programa, porque os resultados que vimos durante apenas um mês foram surpreendentes, de se descobrir inclusive dentro da rede de educação professores e diretores indígenas que sequer tinham contato com suas origens étnicas. Grupos indígenas foram às unidades da rede fazer o trabalho de divulgação e discussão e acabaram descobrindo que havia lá outros indígenas. Fico pensando naquele professor que não sabe ou não consegue discutir o tema indígena dentro da sala de aula, ou o faz de uma maneira preconceituosa ou evolucionista. Aí entram os direitos humanos. Precisamos formar, sim, professores que saibam trabalhar, mas de maneira adequada com o

currículo oficial, e não como reprodutores de estereótipos e preconceitos. A rede municipal precisa aprender a ouvir os indígenas, a discutir com eles o que é bom para eles não somente na esfera das quatro aldeias que existem aqui – agora cinco -, mas num contexto geral, com outros indígenas que existem no Município: 40 povos distribuídos pelas diversas regiões da cidade de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Emerson. Próximo, Sr. Wilson Alves de Castro, do Movimento Cidadania: Pense Nela.

O SR. WILSON ALVES DE CASTRO – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Vereador Paulo Reis, esse homem que está me encantando com sua posição, principalmente na abertura deste manual da política municipal. Também o Toninho Vespoli, que abordou uma questão bem prática: não vamos discutir o que vamos ganhar. Temos que ganhar o quê? A sabedoria dos nossos alunos. Temos que transmitir nossa sabedoria ao aluno, e não querer ganhar. Temos que ter a vontade que deve alimentar todo profissional, fazendo o que gosta. Se não gosta de ser professor, vá procurar outro emprego. Se o salário é baixo para o professor, vá procurar outro emprego! Venho num barco com 81 mil quilômetros rodados em terra, mar e ar. Discutimos muito o Plano Nacional de Educação e direitos humanos. Foram 14 anos, Presidente, a se discutir isso. Começou com o Ministro Paulo Renato. Andou, andou, parou no governo Lula em 2008, com o Ministro Fernando Haddad, que elaborou essa cartilha que poucos conhecem. Foi um trabalho extenuante. Participei de todas as reuniões. E por que razão participei? Porque venho lá debaixo como *office boy* do pai do Jânio Quadros, depois caminhando junto com Jânio Quadros, pegando cinco diplomas universitários e terminando como secretário particular do Jânio. Tudo isso me deu uma vivência política muito forte, uma experiência de vida que muitos têm, mas não sabem usar. Estou aqui para dar minha contribuição. Minha contribuição para a cidade de São Paulo foi uma lei, Memória dos Bairros da Cidade de São Paulo, que formulei em 1951 para que em 1954, no Centenário de São Paulo, fosse promulgada. Essa lei não foi promulgada. Vim para esta Casa

em 1956, quando o prédio era ainda na Rua Líbero Badaró. Entrei com meu projeto de lei, que foi vetado. Renunciei ao meu mandato e continuei por 41 anos batalhando pela lei, aprovada pela benemerência do ilustre Vereador Nelson Guimarães Proença, que fez um projeto em 1997, aprovado em 1998 e que se transformou na Lei 12.659, regulamentada em 1999. Então, peço à Presidência que seja incluso nesse Plano de Educação da Cidade essa lei, ou seja, a obrigatoriedade de a educação ver a família em primeiro lugar, que é a base. A educação começa em casa. Se a casa não tiver base, ela cai. A educação tem que ser dentro do lar, da família. Se nós não quisermos perder a nossa juventude, temos que trabalhar com a família. E houve coisas que foram feitas sem um acompanhamento dos direitos humanos na ocasião, como o ECA, uma fábrica de pessoas inúteis para a sociedade, porque eles não podem fazer nada. Comecei a trabalhar cedo, com 6 anos. Meu pai fazia loteamentos em Pirituba, e em cada um dos 14 loteamentos que fez ele fez escola, capela, campo de futebol. Então, aprendi com a educação que meu pai e minha mãe me deram, por isso estou aqui hoje com vocês, com 81 anos e com a reflexão que estou fazendo com meu interior de 18 anos. Quero colaborar com esta Casa, razão pela qual deixarei ao Presidente os documentos que citei para que se dê sequência àquela minha solicitação de respeito pela cidade de São Paulo. Que se volte a fazer nesta Casa uma sessão solene no dia 25 de janeiro, data do nosso aniversário, que parou de ser comemorada em 1964. Vamos fazer isso, Sr. Presidente; vamos abrir esta Casa no dia 25 de janeiro e fazer uma sessão solene para mostrar realmente que esta cidade tem educação consigo mesma. Que esta Casa respeite nossa história. A última revista dá conta de que “Eles desbravaram o sertão e fizeram as leis”. Esses foram os primeiros vereadores de São Paulo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sr. Wilson. Próximo, Sr. Luiz Carlos de Sales Pinho, do Fórum LGBT Mogi das Cruzes e professor da rede municipal.

O SR. LUIZ CARLOS DE SALES PINHO – Bom dia a todos. Mesmo sem voz, tentarei me expressar. A questão da autonomia da escola, uma luta que estamos travando na

EMEF Alexandre Gusmão - que fica entre Lageado e Alto Guaianases, um pouco distante da DRE de Guaianases – é a questão do EJA. Desde que a matrícula foi centralizada na DRE, todos os alunos que se inscrevem tanto para o Ensino Fundamental I como para o II – e estamos com uma luta no Ministério Público para que haja também -, a gente não os consegue de volta. Com essa matrícula centralizada, comete-se um crime: o de impedir que as pessoas que durante a vida trabalharam e construíram São Paulo e não tiveram tempo e condições de estudar, retornem agora aos bancos escolares e estudem.

A autonomia escolar também tem a ver com essas matrículas, principalmente para a modalidade EJA. Aí houve um descalabro. Em todos os governos e também no do PT – que tem um discurso em cima de Paulo Freire – comete-se esse crime ao centralizar a matrícula do EJA e impedir as pessoas de estudar.

Outra questão é a da homossexualidade. Se a escola pública educa para a heterossexualidade e se a resposta for “não”, concordo com o senhor: realmente as políticas públicas têm que trabalhar esse tema em uma escola democrática, onde um trânsito entre todas as disciplinas, que trabalhariam temas como direitos civis e cidadania. Mas, se a resposta for “sim”, acho que é necessário, sim, trabalhar dentro do programa do currículo a livre orientação sexual. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sr. Luiz Carlos. Próxima inscrita, Sra. Maria Guilhermina Garcia, do Centro de Pesquisas e Estudos em Educação, Cultura e Ação Comunitária.

A SRA. MARIA GUILHERMINA GARCIA – Bom dia a todos e a todas. Trago a contribuição do Cenpec, uma organização não governamental que trabalha com educação pública, relativamente a duas metas: a da educação integral e a da qualidade, por entender que contribui para a discussão da educação para os direitos humanos.

A nossa intenção com relação à Meta 9 é trazer uma discussão para aproveitar esse momento da discussão da ampliação do tempo da jornada dos alunos na escola para promover educação integral que contribua para o pleno desenvolvimento da pessoa, como uma

oportunidade para reorganizarmos tempos e espaços dentro da escolas e para desenvolver um currículo que afirme a cultura de direitos humanos dentro da escola, e, portanto, na sociedade. Então não apenas uma ampliação do tempo, mais do mesmo, mais aula dentro da escola no formato em que ela está. Nesse sentido, a nossa contribuição é para que a Meta 9 tenha uma reescrita e fale não só em educação em tempo integral, mas em educação integral.

Em relação às estratégias, que seja reescrita a estratégia 9.1: “que promova, com o apoio da União e do Estado, a oferta à educação básica pública em tempo integral por meio da revisão curricular, buscando articular as atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, ao projeto político-pedagógico da escola”. Aí segue a escrita da estratégia.

Estratégia 9.3: “Garantir o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos em diferentes espaços educativos, culturais e esportivos em equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários de maneira articulada ao projeto político-pedagógico da escola novamente”. No sentido de não termos apenas um acúmulo de atividades dentro da escola, mas um projeto político-pedagógico repensado nesse sentido.

Em relação à Meta 3, que se refere à qualidade, nossa intenção também é trazer dois conceitos importantes para a educação para os direitos humanos: a cidade educadora e a intersetorialidade.

Nesse sentido, na estratégia, 3.1, incluir a escrita na perspectiva de uma cidade que educa, na escrita que já está. E na estratégia 3.4.2, introduzir também “na perspectiva intersetorial da gestão pública”.

Em relação à estratégia 3.7, que trata da avaliação, também tem uma sugestão de desmembrar em duas, que seria “ofertar recuperação da aprendizagem em momentos distintos aos tempos da classe regular com professores específicos de maneira integrada aos professores regulares, utilizando práticas pedagógicas que despertem a motivação dos alunos; e “implementar processos de autoavaliação para os alunos com o objetivo de gerenciar a construção do seu conhecimento”.

E tem apenas mais uma, que é em relação à Meta 15, que fala da formação. Incluir também uma estratégia que garanta a formação inicial e continuada para todos os agentes educacionais que estão envolvidos na implementação da educação integral em tempo integral, que também tem sido uma questão difícil nas escolas públicas que estão implementando a

educação integral.

Essa era a contribuição. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, da Unesca (?).

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou da Unesca, da Uniglobal Trabalho e Ecocidades, e que é constituída, conforme vai ser publicado ano que vem numa cartilha, de 120 eixos de projetos e ações. E o eixo número 1 é o eixo terrestre de sustentabilidade, para revolucionar a educação e as culturas das nações no séc. XXI. E o número 2 é o eixo sustentabilidade, para revolucionar a educação e a cultura da infância e da juventude no séc. XXI.

E uma das metas do eixo 2 seria investimento em políticas públicas para a formação do novo cidadão, que é a criança, o adolescente, a juventude, para a construção de uma nova sociedade civil para o mundo do trabalho e do empreendedorismo.

Na cidade de São Paulo não houve evolução, assim como nas demais cidades do país.

Hoje, temos na cidade de São Paulo 325 mil jovens na faixa etária de 7 a 18 anos usuários de drogas e 65 mil crianças adotados pelo tráfico de drogas e outros elementos do império do mal, que contrata esse jovem para praticar vários crimes na Cidade.

Quando a Marta não era nem candidata à Prefeitura da cidade de São Paulo, nós idealizamos os CEUs, os centros integrados de educação, cultura e esportes. Mas os CEUs, nessas realidades integracionais de evolução do ser humano, retrocederam.

Agora uma pergunta ao professor: não defendemos quotas, igualdade racial, porque isso seria cometer crime racial. Cometemos qualquer crime de racismo tanto no país quanto no globo terrestre.

Defendemos uma quota de solidariedade, que vai revolucionar o sistema educacional, tanto na cidade de São Paulo quanto no país, que seria uma quota de solidariedade de 65% de vagas para famílias com renda até 12 salários mínimos, porque aí contemplaria, dentro do universo educacional, todas as etnias – brancos, negros, pardos, enfim, cidadãos de toda as cores. Defendemos quotas para as comunidades indígenas, que foram os primeiros habitantes do Brasil, e para cidadãos com deficiência física ou mobilidade reduzidas. Esses, sim, merecem ter quotas no ensino, fundamental e médio, em São Paulo e no país.

Hoje, a criança e a juventude já estão no futuro. Só que esse modelo de ensino na cidade de São Paulo e em todo o país retrocedeu para 300 anos atrás. O professor ainda usa

quadro negro nas escolas, em 99% dos casos. É por isso que essa tese que nós defendemos, de um computador para cada aluno nas escolas, é para revolucionar e avançar o ensino na cidade de São Paulo e em todos o país. E isso não é para as empresas que fabricam computadores. Defendemos a indústria no país. Na nossa meta 1, que é a meta de sustentabilidade “revolucionar” da educação e cultura nos séc. XXI, não defendemos a ideia de transformar o Brasil numa fazenda, mas um Brasil industrial, com emprego para todos os cidadãos.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela para.

P - Tem a palavra o Sr. Paulo Farah, do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca.

O SR. PAULO FARAH – Bom dia a todos. Em nome do grupo de trabalho do Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas, que atualmente eu coordeno, gostaria de parabenizar pelos debates que vêm acontecendo, pelo debate de hoje, em específico sobre os direitos humanos, e também falar um pouco sobre o que está acontecendo em relação a esse plano.

Na nossa composição está a Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Educação, Secretaria de Cultura, Governo Municipal, Câmara Municipal e uma série de entidades vinculadas ao Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca, como centros que trabalham com diversidade, toda a cadeia criativa, produtiva e distributiva do livro, como a Libre, a liga de editoras independentes, União Brasileira de Escritores, associações que trabalham com temas indígenas, africanas, árabes, sul-americanos, representantes de pessoas com deficiência. Então eu gostaria de pedir um estreitamento do diálogo entre o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca e o Plano Municipal de Educação. Há contribuição do nosso plano que podem ser levadas para o outro plano, e vice-versa.

Vou mencionar algumas ideias, embora talvez valesse a pena ampliar um pouco essa conversa.

Temas como a bibliodiversidade, que poderia estar inclusa no Plano Municipal, para que quando se fale do conteúdo dos livros esteja contemplada a diversidade de temas. Aqui foi falado sobre a questão indígena, a questão africana e outros temas. A diversidade de títulos e editoras.

Aqui tem alguns itens, por exemplo: 6.14, 7.19, que abordam a relação entre escola empresa e bibliotecas, que é um dos grandes objetivos do nosso plano. Parece-me que a biblioteca aqui está retratada de uma maneira um pouco tímida, e talvez pudesse ser retratada

com a importância que ela de fato tem. E também estender o convite a todos para participar dos debates que nós estamos promovendo.

Estamos num momento relativamente similar ao que está acontecendo aqui: debates públicos acontecendo por toda a Cidade. Já promovemos mais de 40 debates e plenárias públicas. E além de ir aos debates, e aí é possível ver a agenda de debates no site do plano, que é pmlilb.sp.com, onde tem o item *agenda de debates* do qual qualquer um pode participar. Até novembro ainda tem uma série de debate. E quaisquer das pessoas podem ser reunir. No *site* tem um roteiro de debates, com perguntas facilitadoras. As pessoas fazem uma reunião e enviam as propostas pelo *site* mesmo. Ou ainda tem o item *Dê a sua contribuição*: a pessoa faz a contribuição, escolha um dos cinco eixos, ou, se não souber coloca *outro*.

Agora, nos próximos dois meses, temos encontros regionais por toda a Cidade. Vale a pena acompanhar. E no final de novembro teremos um grande seminário internacional sobre o Plano.

Então meus parabéns. Estamos à disposição para estreitar (Ininteligível).

P – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Luís Lima, Grupo Interinstitucional Queixa Escolar.

O SR. LUÍS LIMA – Bom dia a todos, componentes da Mesa, plenário, Prof. José Sérgio, quem eu lembro de ter conhecido nas aulas do Prof. Lino de Macedo, no Instituto de Psicologia da USP.

Sou membro de um grupo de psicólogos ligados aos temas da educação, e é com muita honra e satisfação que estamos participando da elaboração do Plano Municipal de Educação. Normalmente somos lembrados para lidar com os problemas depois que eles já aconteceram, já chegaram a uma situação de gravidade, mas agora estamos buscando também construir com os representantes da educação formas de evitar que esses problemas cheguem à magnitude que nós enfrentamos. Então é com satisfação que estamos aqui.

Meus comentários se dirigem a dois artigos dentro dessa meta dos direitos humanos, e falam sobre violência: art. 3.26 e art. 3.27.

Fala-se em situações de violência na escola, e eu queria destacar aqui algo que nós estamos discutindo já algum tempo.

Existe, sim, violência na família, existe, sim, violência que é protagonizada ou tem origem na família. Mas é importante considerar que na escola existem também situações de violência, que se origem, acontecem e se reproduzem na própria escola. E dizemos isso não

para culpar ou responsabilizar professores ou educadores, mas para a gente poder reconhecer um problema e buscar formas de enfrentamento diante dele.

Acho que são duas as questões: pensar estratégias na própria escola para enfrentar essas situações de forma coletiva, envolvendo alunos, professores, famílias, num diálogo democrático e respeitoso; e formas de encaminhamento da escola para providenciar medidas que auxiliem as famílias quando realmente acontecem problema nas famílias. O que vemos muitas vezes é que as pessoas que estão na escola acabam vendo a família como sendo a responsável ou a culpada pelos problemas, e é importante buscar um diálogo com a família, até para poder encaminhá-la para as medidas ou para as políticas públicas que existem para auxílio dessa família.

Então, se nós temos crianças ou pais usuários de drogas, é importante que a escola possa dialogar com essas situações e fazer encaminhamento para outros órgãos na forma de rede. Então existem órgãos públicos para os quais podem ser encaminhados essas situações. Um diálogo de respeito, de reconhecimento de problemas entre escola e família, pois o que vemos muito é um enfrentamento, uma acusação mútua entre escola e família, e a ideia é buscar um diálogo entre essas duas importantes instâncias. Então a escola pode, dentro do seu funcionamento, discutir as situações de violência. Quando são oriundas da família, encaminhar a família para os programas públicos que já existem, de auxílio, de fortalecimento da família. E dentro da escola, quando há situações de violência, porque elas existem dentro da escola, pensar formas de enfrentar isso dentro do projeto pedagógico. Vemos situações em que alunos se enfrentam, se agredem, e, muitas vezes, esses fenômenos são tomados como sendo coisa de criança, coisa de adolescente. Então é importante que isso seja devidamente cuidado, pensado pela escola, para que isso seja solucionado dentro da escola também.

Vemos, nesses dois artigos, e depois vamos apresentar um texto escrito, visando uma reformulação, que não existe uma consideração da violência que acontece dentro da própria escola, uma forma de enfrentamento dentro da escola em relação a esses problemas. Então isso que é tomado como coisa de criança, adolescente, é importante que seja protagonizado também pelos educadores, que são referência para as crianças e para os adolescentes. Então é preciso que tenhamos modelos fortes de educação dentro da escola. É importante que a escola seja resgatada na sua potência educadora, pois parece que muitas vezes não consegue fazer isso, embora exista potência para isso.

Muito obrigado.

P – Tem a palavra a Sra. Benê do Sinesp.

A SRA. BENÊ – Bom dia a todos os presentes; bom dia ao Vereador Vespoli e ao Vereador Reis. É um grande prazer ter aqui o Prof. Sérgio, que tem sido um parceiro do Sinesp por muito tempo.

Eu represento o Sinesp, que é um sindicato com carta sindical, sim. É um sindicato legalizado, com carta sindical do Ministério do Trabalho.

Uma contribuição que eu gostaria de dar diz respeito à Meta 3.2.3, que fala na promoção de uma cultura de cidadania, e tal, reduzindo manifestações de discriminação.

Sei que a tarefa é árdua, mas temos de trabalhar na perspectiva não de reduzir, mas de realmente terminar com as discriminações.

E uma outra estratégia que eu gostaria que fosse incorporada é a questão da seleção do material didático.

Tem que ter um controle, tem que ter um olhar, uma seleção do material didático, para que ele passe imagens positivas de negro, de índio, da inclusão. Às vezes, há um descuido imenso. Então tem estereótipos que realmente em nada contribuem, servem para reforçar o preconceito e isso é uma coisa que nós temos de combater.

Agora o que eu estou achando interessante disso tudo.

Tem uma historinha antiga de um deficiente que nunca tinha visto um elefante. Todo mundo conhece essa história? Cada um apalpava um lugar do elefante e fazia a descrição do bicho – “ele é grande, alongado”. Cada um fazia. Mas por que cada um fazia? Porque cada um pegava uma parte.

Hoje eu já ouvi duas coisas muito interessantes aqui, e meritórias.

A escola não sabe lidar com o indígena, tem que aprender. A escola também não sabe lidar com a questão da violência. A escola também tem que aprender a lidar com a questão do negro, a questão da discriminação histórica que o negro vive sofrendo. A escola tem que aprender a lidar com o imigrante. Estamos numa capital que tem imigrante de monte e que estão nas nossas escolas. Temos as crianças da inclusão, temos uma rede de inclusão dentro da rede regular. Temos a questão da vulnerabilidade social, crianças em extrema vulnerabilidade. Temos a drogadição dentro das nossas escolas. E temos uma coisa fundamental: garantir o direito da criança de aprender. E eu penso que o trabalho não é só da escola, é um trabalho imenso, tem que ter a participação de vários atores, e com a participação

da sociedade, e os direitos humanos contribuem para isso. E a família é fundamental, sim. Já foi dito aqui em reunião anterior o papel suplementar que a escola representa na educação da criança – não é o principal, é o suplementar. Então precisamos do alicerce da família, dos princípios. As famílias têm que dar a contribuição delas. Os valores você começa a aprender em casa, e é coisa para ser praticada, e tem de ser praticada na escola, porque não é teórico. Não adianta ter a informação, é a vivência do dia a dia, é o olhar no olho, é o respeito mútuo. A escola tem de ser respeitada, os professores têm de ser respeitados. Então tem que ter uma conscientização, que está tudo dentro da escola. Todos os problemas da sociedade civil estão dentro da escola: violência, drogadição, questão do negro, discriminação, preconceito, tudo. Não é uma tarefa para a escola sozinha. Acho que os educadores têm que se dar a mão sim com a sociedade, os pais são importantíssimos. Estamos muito empenhados nessa ação conjunta porque realmente não dá para ficar só.

E uma coisa pela qual eu queria cumprimentar o Prof. José Sérgio, ao analisar o Plano, uma coisa que ele falou e que eu acho fundamental: as estratégias aqui delineadas, aqui explicitadas, têm que ser redigida de uma forma simples, para que todos possam entender, o acadêmico e o pai semianalfabeto. Tem estratégias aqui que você tem que ler duas vezes para poder entender o que está querendo, e isso a gente, que tem um mínimo de conhecimento. Então eu acho que fica esse alerta para a Comissão.

Meus parabéns pelo trabalho dos Vereadores. Inicialmente eu não tinha apoiado as palestras, mas, ao longo do tempo, eu tenho visto que elas têm contribuído, e muito, para o nosso debate aqui na Casa.

E só para lembrar: nessa casa aqui do lado, hoje, está tendo um evento das mulheres. Estão comemorando 20 anos da luta pelas mulheres no outro plenário. E achei muito interessante esse trabalho que está sendo feito para combater a violência que existe contras as mulheres na nossa sociedade civil.

Muito obrigada.

P – Tem a palavra o Sr. Arnaldo, da Aprofem.

O SR. ARNALDO – Bom dia a todos. Meus parabéns à Mesa, e, em particular, ao Prof. José Sérgio, que em pouco tempo, com algumas palavras, conseguiu, na minha opinião, até imprimir um vetor bem claro para os trabalhos que decorrerão dessas audiências públicas.

Quando o Prof. José Sérgio começou a sua fala, eu me lembrei da época em que eu trabalhei numa escola no bairro em que eu morava. E essa aproximação maior com a família e

com o aluno mudou muita coisa, inclusive a minha opinião com relação ao aluno. Então, essa questão dos Direitos Humanos, de conhecer as pessoas, de a escola promover a humanização entre as pessoas, é algo fundamental se quisermos atingir uma boa sociedade. Temos como ideal que as pessoas sejam realmente humanas.

Ontem assisti um pouco de TV e ouvi o Chico Withaker falando de um dilema existente na sociedade do mundo todo, a energia nuclear. Em sua exposição, ele fez a seguinte pergunta: e agora José? Lançamos aonde o lixo, se em alguns lugares já há vazamento de lixo atômico? Então, a crítica que o senhor fez quanto ao tecnicismo excessivo poderá nos levar a situações em que há falta de estratégia até na condução da própria ciência.

Nesse sentido vejo a importância da sua fala, ela é para repensarmos, para darmos mais luz ao vetor dos Direitos Humanos e trabalhamos na própria escola. De nada valerá nossos esforços de uma educação prioritariamente tecnicista se não forem direcionados, em última análise, a humanizar o próprio homem.

Vou perder alguns segundos para abordar uma fala que nos antecedeu, que foi uma crítica ao sindicato. O sindicato é corporativo no que tem de ser e também não é corporativo. O fato de estarmos discutindo de forma aberta, e deveria haver mais pessoas aqui, é uma prova. E até para vestirmos a carapuça, quando preciso. Temos sim um número no Ministério do Trabalho. A quem acusa cabe o ônus da prova, e que o faça na próxima audiência.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Tem a palavra José Valdenes, Escola Municipal Coelho Neto.

O SR. JOSÉ VALDENES – Bom dia Mesa, todos os presentes. Trago aqui propostas discutidas, algumas propostas conquistadas para a formação mútua de nós, professores. Na maioria das escolas é usado para qualquer outra coisa, menos para a formação. Cabe também uma autocrítica, enquanto docente.

Antes de apresentar a proposta, quero falar que, de forma equivocada, a academia vai à escola para dar formação teórica, e tudo bem. Só que nós precisamos que os acadêmicos

conheçam o chão da escola de hoje, para que então possamos fazer uma discussão mais horizontalizada. Hoje as falas são verticalizadas, são para pessoas que trabalham, que conhecem a vivência das famílias, as carências. Precisamos não só que a academia faça só movimento unilateral, o movimento tem de ser bilateral.

A proposta que o grupo de professores encaminhou é para que nós façamos encontros periódicos nos micropolos, onde as escolas, onde nós – atores e protagonistas, junto com nossos educandos – possamos apresentar o que está dando certo através de oficinas, etc; e também o que não está dando certo, mas com a presença do acadêmico, ao mesmo tempo. Aí vamos ter um desdobramento, e não só assistindo as palestras... Muito bem, doutor, mas e a prática, e o pragmático como fica? Você não sabe!

Quanto aos CEUS, lamentavelmente, houve um desmonte, eles foram fragmentados. Precisamos recuperá-los. Que as equipes de gestão dos CEUs façam um trabalho junto com as escolas adjacentes, com temáticas, para que os CEUs não virem somente um espaço de entretenimento. É preciso construir e isso se constrói escola e CEU, juntos.

Por último – o tempo é curto -, quanto ao Esporte, que os CEUs sejam polos. Alunos-atletas, eu sou professor de Educação Física, são deslocados para centros olímpicos, para o Ibirapuera ou para outros municípios, e isso tendo um CEU em cada região. É um absurdo. Precisamos encontrar meios para, além do esporte educacional, a formação do aluno-atleta por decisão do professor e do aluno em cada CEU de São Paulo.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Adelson do Sinpeem.

O SR. ADELSON – Bom dia aos componentes da Mesa; palestrante, que falou muito bem, despreocupado em atingir ou não alguém, mas discutindo Educação.

Eu represento o Sinpeem, e quero cumprimentar todas as pessoas que aqui vieram para realmente discutir Educação, e que não tentaram achincalhar qualquer que seja a

entidade. Respeitamos as entidades que defendem a Educação, que estão de corpo e alma de olho na Educação do nosso País e, quiçá, do mundo, e não tentaram achincalhar qualquer um.

No tema de hoje queremos tratar das garantias. Acho que a Constituição garante a todos o acesso e a permanência na escola, Educação para todos, com qualidade. Se pensarmos no nosso Plano para a cidade de São Paulo, nele incluir, aprimorar as nossas metas...

Estou nervoso, não gosto de ser achincalhado, sabe gente? Eu peço desculpas a vocês porque a minha preocupação é com a Educação, e não em achincalhar, nem citar nomes, governos que aqui estão, é esse o meu comportamento. Neste momento, quero me preocupar com a Educação do Município de São Paulo.

Acho que temos de garantir a formação dos nossos profissionais de Educação em todos os níveis. Também a formação daqueles que vem aqui falar, e será através da Educação, para que falem com qualidade e com conhecimento. Quiçá tenham condições de provar o que falam. Como diz o art. primeiro, temos de garantir o aumento da nossa verba pública para ter condições de oferecer um serviço educacional de qualidade à sociedade de São Paulo.

Quanto à educação pública, na qual pensamos, ela é nossa preocupação, temos sim de nos preocupar - e não é corporativo - com as condições de trabalho e de estudo de todos os nossos alunos. Muito se fala das condições de trabalho, e quando falamos dessas condições incluímos as condições para que os nossos alunos tenham um estudo de qualidade.

Então, se houver essas garantias sobre as quais falamos, nós estamos garantindo recursos humanos, qualidade - assim por diante - em todo o processo educacional.

Vamos nos unir e defender a Educação do nosso País, do nosso município, do nosso Estado, sem achincalhar ninguém.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra para as considerações finais o Vereador relator, Toninho Vespoli, e depois a palavra será do professor para finalizar a audiência pública.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos, a todas. Quero cumprimentar e parabenizar o Prof. José Sérgio. Em pouco tempo você conseguiu apontar questões relevantes para a relatoria, que culminaram em questões as quais a Lizete já havia mencionado em sua exposição.

As pessoas sabem que a dificuldade de fazer um plano como esse, foi intensa. Praticamente, tivemos um mês, após o trabalho com os grupos, houve algumas reuniões, para conseguir o que eu acho que é uma “proposta de substitutivo”. Porque depois das audiências públicas é que realmente nós vamos fechar um substitutivo. E foi complicado. Nós nos baseamos em dois documentos: no Plano Nacional de Educação, que foi votado recentemente. E até um professor falou aqui – e eu concordo -, que quem está ali, no chão, tem mais condições de saber das dificuldades, das contradições do dia a dia da escola, e então regatamos o documento da Conferência Municipal de Educação, de 2010. Ele foi fruto de toda uma discussão na rede escolar.

Então, lendo aquele documento, e como a Conferência foi curta para aprovar o documento, nem todos os debates feitos para aprovação foram feitos com tempo. Ou seja, no próprio documento, ao ler, há várias contradições. E elas, às vezes, são reflexo do que havia na Conferência Municipal.

Nesse sentido, agora é escutar os especialistas, pois se pegamos um Plano que veio da base, do dia a dia, de quem está construindo a Educação, temos de ouvir os especialistas. Como disse a Lizete: estão fazendo experiências em escolas em que as salas de aula tem, mais ou menos, o padrão que nós colocamos, em sala de aula, para o ensino médio. Estão no final da pesquisa e vendo o quanto foi importante para melhorar qualidade. Escutar os especialistas nessa hora, eu acho que é um pouco aquele negócio do Paulo Freire: ação e

reflexão.

Agora quero dialogar com o Émerson Souza, eu concordo com ele, porque discutir a questão indígena é trazê-los à discussão. Mas há uma dificuldade real, temos limites reais enquanto legislativo, enquanto Vereador. Por exemplo, este é um Plano Municipal que deve envolver todos os entes federativos. Convidamos o Governo do Estado para discutir com a gente, e eles não vieram nenhuma vez.

Enquanto comissão, tentamos estabelecer interlocução com o Governo Municipal para escutar o que pensa das propostas, mas até agora não conseguimos interlocução com o Governo Municipal. Cria-se então uma dificuldade porque quem tem autoridade para envolver as unidades escolares é o Executivo.

Para terem uma ideia, eu, pessoalmente, visitei 20 escolas, levando o Planinho Municipal, tentando convencer diretoras a discutir na JEIF, mas no mandato há pouca condição de visitar as escolas, de envolvê-las. As dificuldades são imensas, mas não é por conta delas que não vamos fazer o processo ou tentar fazer da melhor forma possível.

Agora queria ouvir a opinião do Prof. José em duas questões. Acredito – e foi colocado de uma maneira forte – na autonomia das escolas, mas vejo dificuldades. Por exemplo, a relação direção, corpo docente e o PPP. Falo isso porque, antes de ser Vereador, estava numa unidade escolar – fui professor da rede municipal – e nela passaram três diretores. Entrei, depois de um mês e meio, mudou a direção; e antes de eu sair, no mesmo ano, também mudou a direção. E cada direção, queira ou não queira, há um ritmo, que é o que ela pensa da unidade escolar, o que ela pensa sobre Educação e vai mudando, mesmo que haja um PPP em que os professores discutiram, em que a comunidade discutiu, mas há uma dificuldade.

Outra dificuldade é a rotatividade. Temos dificuldade de manter, por exemplo, os professores em uma mesma unidade escolar ou na mesma direção. Como fica então a questão da autonomia com essa grande rotatividade? Esse é um problema.

Outra questão é sobre o 3.27 porque já houve polêmica nas outras audiências, eu queria ouvir a sua opinião.

Concordo com o companheiro que falou sobre a EJA – Educação de Jovens e Adultos, mas na meta 10 colocamos a questão da centralização da matrícula, da chamada ativa para o EJA. Acho que, pelo que entendi, já está contemplada na meta 10. Se houver alguma questão pessoal, caso queira conversar, o mandato está aberto para discutirmos.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Passemos a palavra ao Prof. José Sérgio, são cinco minutos para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ SÉRGIO – Perdoe-me, vou extrapolar o tempo. Vou começar com uma questão simples, a partir da penúltima intervenção, é só uma reflexão. O que se garante ou não se garante pela lei e por um plano? Uma lei pode garantir recursos para Educação, pode garantir um número máximo de alunos, pode garantir um mínimo de equipamento escolar. Porém, uma lei não garante a adesão a um modo de olhar o mundo. Direitos Humanos é um modo de olhar o mundo ou uma sociedade. Isso não se garante por lei. Podemos fazer vários esforços, por exemplo, para que o livro didático não tenha uma imagem estigmatizada do negro, do índio, etc. Mas o que, de fato, conta na relação, na experiência formativa é qual o olhar que o professor tem para o índio, para o negro, etc. Por isso o foco de uma educação em Direitos Humanos é o olhar que o professor tem. Nada sabemos de uma aula, mesmo sabendo qual foi a cartilha utilizada. O livro didático é um falso objeto no sentido de que ele só tem significação social devido ao tipo de interação que o professor estabelece com ele e com seus alunos. Daí porque é absolutamente – e não estou dizendo que não tem de haver, tem de haver livros didáticos que prestem atenção nisso -, mas a grande questão é a seguinte: não sei nada do que rola com um livro do Monteiro Lobato se eu não souber como o professor o está usando.

O grande ponto é o seguinte: somos uma sociedade impregnada de preconceitos, e os professores são seres humanos como outros quaisquer, impregnados – também eles – de preconceitos. Nossa questão é: como avançamos na discussão dos Direitos Humanos? E para avançar nessa questão, nós não faremos a partir das coisas, mas dos próprios homens, das experiências formativas entre eles. Chegamos então na ideia fundamental de que Educação e Direitos Humanos...

Gostaria simplesmente de ressaltar que há uma modalidade específica de um problema longo, um problema discutido há mais de dois mil anos, que é a Educação para Formação Ética, para usar o termo correto, melhor, Educação para as Virtudes. Não há incompatibilidade entre uma formação voltada para princípios éticos e qualquer sorte de matriz curricular, por incrível que pareça. Estou dizendo que um professor de Literatura - já escrevi muito sobre o tema – trabalha Direitos Humanos não com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas buscando na Literatura exemplos de coragem ou covardia, exemplos de respeito ou desrespeito à diversidade, tudo está na Literatura. Um professor de Educação Física, para usar outro exemplo, é capaz de ensinar virtudes públicas aos alunos dando aula de Educação Física. Ele ensina uma pessoa a competir com toda a sua força, sem ser desleal. Isso significa formação ética.

Há incompatibilidade entre uma visão de Educação absolutamente instrumental, feita a partir da noção da escola como um lugar de difusão de competências> Pergunto: o que é a competência? É um meio para outro fim, que é um meio para outro fim... E é isso que assistimos em nossas escolas, a escola é sempre um meio para o desenvolvimento econômico, que é um meio para o aumento do consumo, que é meio para outra coisa, sem qualquer sentido. A questão é: qual o sentido humanizador da experiência escolar?

Por último, afirmo, não é uma questão de conteúdo, e sim: qual o tipo de experiência que a escola pública nos fornece? Ela potencialmente pode ser o local da experiência da igualdade, como princípio das relações humanas, e isso me parece o

fundamental, e briga com a questão específica dos indígenas, dos negros, etc? Não, necessariamente.

Gostaria de dizer que se os senhores lerem o 3.35: “Criar cargos e realizar concursos públicos específicos para educadores com conhecimento da língua e cultura indígenas, que possam garantir autonomia na educação indígena”, ótimo! Falamos aqui da autonomia das escolas que atendem a esse público, mas também podemos garantir que num concurso público tenhamos a exigência do conhecimento da cultura indígena.

Não vou entrar em todas as questões, mas das várias que dizem respeito aos Direitos Humanos, no entanto, do que a escola deve cuidar? O fato de que fora às escolas indígenas, a educação, o conhecimento da cultura indígena é um conhecimento da cultura que nos formou tal como somos. Ela se universaliza, meus caros. A lei 10.639 não é importante para que a cultura dos povos africanos, que hoje constituem o Brasil, seja especial somente aos negros, eu não quero isso! Quero capoeira na escola, pois a capoeira fez com que sejamos o que hoje somos. A cultura negra nos constituiu, tanto quanto à cultura ibérica, tanto quanto à cultura italiana e japonesa, no caso de São Paulo. Portanto, jamais lograremos compreender quem somos se abstrairmos as diversas heranças culturais africanas, que fizeram o Brasil ser Brasil. Quero então cultura negra para todos, inclusive para Santa Catarina.

A cultura negra na escola não é simplesmente para aumentar a autoestima dos jovens, não temos controle sobre a imagem que o jovem tem de si mesmo. A cultura negra tem de estar na escola porque nós somos um país de cultura negra, e ponto. Assim ela se universaliza. Não sei se ficou clara a minha posição.

O mesmo eu diria em relação à cultura indígena. Ela está presente em nossa comida, em nosso vocabulário, em nosso jeito de ser, ela nos constituiu. É preciso que esteja fortemente marcada então na formação dos professores. Isso faz com que um professor que consiga enxergar os diferentes papéis dessas culturas na formação do Brasil e respeitá-las, faça isso em sala de aula. Então vou só insistir que o material não é a grande questão.

A outra grande questão que eu queria voltar, teria um monte de questões, mas me parece que o Luís entra numa questão interessante quando ela fala da violência, pode ser expandir para todos os lados. É claro que, e eu havia inclusive feito o mesmo comentário, não cheguei lá na questão da violência, a grande questão da escola é pensar como a escola pode ser um local no qual a violência física é substituída pela palavra. Essa é a experiência fundamental que a escola tem que ter. Eu não seria incapaz de na escola fazer com que o tático móvel haja de outro jeito, talvez eu até forme uma população que exija isso, mas a nossa questão, o que está nas nossas mãos é o seguinte, como o ambiente escolar pode ser aquele em que a mediação da palavra substitua a violência numa sociedade que é extremamente violenta. Eu não sou ingênuo de crer que essa cultura da violência do Brasil não chegue na escola, o nosso grande problema. Eu não sou pessimista a ponto de crer que a escola deva sim ter um muro em relação à sociedade, é um muro poroso, mas é um muro. O que eu quero dizer com muro? Eu quero dizer que dentro da escola não quero *crack*, eu quero dizer que dentro da escola eu não quero polícia, que dentro da escola eu quero mediação da palavra. Esse é o nosso primeiro ponto.

Agora, se eu vou detectar problemas de violência familiar? Sim, ótimo e que seja – eu já vou chegar na questão que você colocou, da denúncia, etc. – trabalhado na escola. Agora, queridos, tenhamos a clareza, e isso é importante quando discutimos direitos humanos, que a escola precisa, tal como o Luís colocou, ter um diálogo com a família. Olha, o diálogo pressupõe dois logos, duas palavras completamente distintas. Não há sentido em crer que a escola seja a extensão do âmbito familiar. O âmbito familiar é o âmbito do privado, as relações familiares são relações que dizem respeito às relações privadas, a minha escolha religiosa, as minhas. A escola é um lugar público. Tem hora que o público e privado podem se complementar, mas tem hora que eles entram em choque. Eu vou pegar uma coisa simples, é na escola que eu cultivo, por exemplo, a tolerância, a convivência e o respeito com as diferentes religiões. Eu não posso exigir isso da família. Eu acho absolutamente compreensível

que uma família de judeus ortodoxos, evangélicos, de qualquer religião queira que seu filho case, namore, conviva com as pessoas da mesma religião, mas a escola não pode fazer isso. A escola é o lugar que eu vou firmar justamente o local onde eu serei obrigado a conviver e convidado a respeitar e ter alegria de conviver com o diferente. É na escola que a gente vai poder viver isso. Então os valores que norteiam a vida escolar são os valores da vida comum. Por isso que é extremamente perigoso um artigo como foi proposto, de substituição, aqui nesta Câmara, que os valores seriam os valores da família, no singular. Primeiro, como se existisse os valores da família o singular, e se eles existissem não é o lugar deles na escola, os valores que regem a escola são os valores da república, da coisa pública, daquilo que é comum e não a extensão da vida privada. Portanto, a gente tem que repudiar qualquer ideia de que a formação ética no plano da educação escolar seja uma formação ética fundada nos valores da família. Não. É fundada os valores da república, daquilo que é comum a todos nós. E que de vez em quando vão entrar em choque com a família, não tem problema, para isso serve o diálogo. Agora, o diálogo pressupõe a não fusão, porque se há fusão não há diálogo, há uma fala só e o grande problema é que essa fala só seja a fala de uma família e aí sim a família provavelmente não diz não homossexual etc. não, não. A escola é o lugar do valor dessa vida pública.

Eu queria duas palavras só. Sobre essa questão do 3.27, eu temo. A escola não pode ser o lugar de disque denúncia. Ela tem que ter internamente mecanismos de controle para violação. Agora, fazer a escola como queria o São Paulo Contra a Violência, o lugar do disque denúncia, não dá, porque a gente não tem como apurar e isso me parece extremamente perigoso, me parece.

E uma última palavra do por que aposto tanto na questão da autonomia, uma jornalista me entrevistava e falava o seguinte: “Como nós vamos garantir que essas escolas autonomamente produzirão mais, aumentarão o rendimento de aprendizagem, serão mais eficientes”. Isso está a confundir o sentido político da autonomia com a eficácia. Nós não

aderimos à autonomia porque ela é necessariamente mais ou menos eficaz. Em primeiro lugar eu queria dizer o seguinte, a cassação da autonomia da escola não resultou em maior eficácia na aprendizagem, primeiro ponto é essa. Nada me faz crer que obedecer diretrizes centralizadas melhore o desempenho dos nossos alunos. Nós temos centralizado as decisões sem nenhum resultado prático em relação a isso. Mas a questão da autonomia político-pedagógico da escola tem outro viés, meus caros, ela é uma atitude política. No campo da política nós não lidamos simplesmente com meios eficazes para outro fim, tão pouco no campo da educação. Eventualmente dar choque elétrico em aluno que erra ortografia ou gramática pode ser eficaz, mas pode ser deseducativo. O problema que temos escolher meios que sejam eles mesmos signos do ponto de vista político. Autonomia da escola não garante eficácia. O que ela garante? Ela garante uma posição política digna, ou seja, os professores, a escola responde pelos seus resultados, o professor e a escola tem que apresentar publicamente os seus projetos etc. etc. Por quê? Porque os alunos aprenderão mais gramática. Não. Porque do ponto de vista político isso é digno, porque do ponto de vista político a autonomia não será negociada nem pela eficácia, se não, para ter bons resultados nas avaliações a gente acaba com a escola. A escola não pode deixar de ser o lugar de uma experiência formativa rica para a gente melhorar quatro pontos no IDB. Não é esse o ponto. A nossa grande questão hoje é a autonomia da escola é uma conquista política que merecer ser prezada por si mesmo, independente de seus resultados, assim como me parece a educação. Nós não educamos para aumentar a empregabilidade, nós não educamos para distribuir renda, nós educamos porque acreditamos firmemente que uma experiência escolas da igualdade, da educação, do respeito aos direitos humanos vale por si mesma, não por qualquer efeito que ela possa vir a ter fora da sociedade. Ela deve ter efeito, mas não é essa a nossa questão. Nós fazemos da mesma maneira que nós agimos corretamente, porque é correto agir corretamente. O respeito à diversidade é um valor em si mesmo, não me importa se ele terá impactos econômicos ou não, não me importa se terá impacto no IDB. É simplesmente digno de ser vivido por si mesmo,

por isso a autonomia da escola tem que ser uma aposta e é uma aposta que independe da eficácia dos resultados. Ela é uma aposta na dignidade da política. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Os nosso agradecimentos ao Prof. José Sérgio Fonseca de Carvalho, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

Quero lembrar a todos que a próxima audiência, a última audiência do Plano Municipal de Educação, será no próximo sábado, a partir das nove horas, o tema é Financiamento, Gestão Democrática e Regime de Colaboração e será aqui no auditório Prestes Maia, no 1º andar.

Tenham todos um bom dia.

Declaro encerrada esta audiência pública.
